

TEXTO – FOLHA DE ROSTO DE AVALIAÇÃO

FOLHA DE ROSTO – AVALIAÇÃO – LEGALE EDUCACIONAL

Favor ler as orientações e dúvidas acessar a base de conhecimento em nosso site no item “Não entendi...e agora?”. Atendimento de segunda à sexta-feira – das 08h00 às 20h00. **Preencher os campos abaixo em LETRA DE FORMA e LEGÍVEL.**

PÓS GRADUAÇÃO EM AGENTES PÚBLICOS – AP01

NOME COMPLETO _____

E-MAIL _____

CPF _____ RG _____

CELULAR COM DDD _____ ASSINATURA _____

OPÇÃO DE ENTREGA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

(_____) Neste ato, opto pela **ENTREGA** do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ciente que o prazo de entrega é de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da inserção da aula final em plataforma EAD – cf. grade constante em minha plataforma EAD.

(_____) Neste ato, opto pela **NÃO ENTREGA** do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ciente que em meu histórico constará a informação que optei pela não entrega do documento.

DECLARO-ME, EM COMPLEMENTO, QUE O CERTIFICADO DE CONCLUSÃO É UM DOCUMENTO DE INTERESSE PÚBLICO E QUE SUA EMISSÃO CONSTITUI ATO JURÍDICO PERFEITO NÃO SENDO, POR CONSEQUENTE, POSSÍVEL ALTERAÇÃO DESSA OPÇÃO ORA FEITA, OU QUALQUER OUTRA ALTERAÇÃO NO CERTIFICADO SE E QUANDO EMITIDO.

NOME COMPLETO:
CPF:
ASSINATURA DO ALUNO:

ORIENTAÇÕES GERAIS – FAVOR LER COM ATENÇÃO

01. Imprimir as avaliações inerentes ao seu curso de Pós-Graduação (imprimir em folha branca).
02. Responder a avaliação em letra legível. Não aceitamos sem ser manuscrito (exceto os alunos PCD's). No caso de testes, assinalar as alternativas que julgar corretas.
03. Enviar via Correios (sugerimos usar o sistema de Aviso de Recebimento ou Sedex – evite enviar por carta simples) a avaliação e juntamente com os documentos abaixo elencados (independente se já inseriu em sua área do aluno, faz-se necessário o envio de cópias simples impressas juntamente com as avaliações). O aluno que desejar, já poderá enviar o TCC com as provas/documentos no mesmo envelope. O mesmo caso vale para o aluno que faz mais de um curso e deseja enviar no mesmo envelope mais de uma prova.
04. Documentos: Cópia Simples Diploma de Graduação Superior reconhecido pelo MEC (frente e verso); Cópia Simples Documento pessoal – Exemplo: RG, CPF, CNH ou órgão de classe.
05. Em um único envelope, enviar avaliação + os documentos acima elencados para:
A/C FACULDADE LEGALE – SETOR DE OPERAÇÕES ACADÊMICAS
Rua da Consolação, 65 – 1º andar – Centro/SP - CEP 01301-911 -

A partir de 11/12/23, não teremos mais atendimento presencial na Secretaria da Faculdade Legale. A entrega de avaliações deverá ser feita através dos Correios, utilizando a Caixa Postal abaixo:

Caixa Postal: 77454

CEP 01314-971

Para atendimento, favor entrar em contato através do e-mail: contato@falegale.edu.br

06. PRAZO DE ENTREGA DA AVALIAÇÃO: consultar a grade curricular na Plataforma EAD – a qual contém todas as datas oficiais em relação ao seu curso.

07. A avaliação ao ser recebida pela Faculdade Legale, o aluno será informado por e-mail, no prazo de 03 (três) dias úteis. Recomendamos sempre consultar o lixo eletrônico/spam.

CPF _____

08. O prazo de correção da avaliação é de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento. O aluno que optou pela NÃO entrega do TCC, automaticamente passará a fase de emissão do certificado de pós, após frequência de 75% nas aulas e obtenção de média igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas do curso. O aluno que eventualmente não obter a média, será contatado para a realização de uma avaliação substitutiva através do e-mail informando nesta folha.

09. No momento em que o Certificado Digital de Conclusão for emitido, o aluno receberá um comunicado via e-mail. Neste mesmo comunicado, o aluno receberá as instruções caso opte por receber a via física do Certificado. Para visualizar o Certificado digital, basta acessar com login e senha o Portal Acadêmico do Aluno. Cabe destacar que TODA ESTA EVOLUÇÃO DE RECEBIMENTO, CORREÇÃO E CERTIFICAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA VIA ÁREA DO ALUNO – NO ITEM ACADÊMICO.

10. Aos alunos PCD's, favor entrar em contato com a Faculdade Legale para maiores orientações

PÓS-GRADUAÇÃO EM AGENTES PÚBLICOS - AP01

1- De acordo com a Lei nº 8.429/92, que trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos em casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, qual das seguintes opções melhor define o conceito de "agente público" para os efeitos desta Lei?

- a) Apenas os servidores públicos efetivos, excluindo-se os ocupantes de cargos políticos e os contratados temporariamente.
- b) Somente os indivíduos que ocupam cargos eletivos, não abrangendo os servidores públicos nomeados ou contratados.
- c) Apenas aqueles que recebem remuneração pelo exercício de função pública, não incluindo voluntários sem remuneração.
- d) Exclusivamente os indivíduos que possuem vínculo permanente com o Estado, seja por eleição ou nomeação, excluindo os de vínculo temporário ou sem remuneração.
- e) Todos aqueles que exercem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função.

2- Considerando as disposições da Constituição Federal sobre a inclusão de pessoas com deficiência no serviço público e a legislação concorrente, analise as afirmações abaixo e escolha a opção correta:

- a) A reserva de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência é uma atribuição exclusiva da União, não podendo Estados e o Distrito Federal legislar sobre o tema.
- b) Somente a União tem competência para legislar sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, sendo vedado aos Estados e ao Distrito Federal qualquer tipo de legislação suplementar.
- c) A competência para legislar sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência é exclusiva dos Estados e do Distrito Federal, não cabendo à União estabelecer normas gerais.
- d) A União, os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrente para legislar sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, cabendo à União estabelecer normas gerais.
- e) Os municípios têm competência para legislar sobre a reserva de percentuais de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência, independentemente da legislação federal ou estadual.

3- Considerando as normas constitucionais e legais relacionadas à iniciativa de leis e ao regime jurídico dos servidores públicos federais, escolha a alternativa correta:

- a) Qualquer cidadão pode propor leis que disponham sobre o regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores públicos da União e Territórios.
- b) Apenas o Supremo Tribunal Federal tem a iniciativa privativa para propor leis relacionadas aos servidores públicos da União e Territórios, incluindo seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

CPF _____

- 02605166945

- c) A iniciativa de leis que versam sobre o regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de servidores públicos da União e Territórios é privativa do Presidente da República.
- d) Os Tribunais Superiores podem propor leis sobre qualquer aspecto do regime jurídico dos servidores públicos, sem restrições quanto à sua competência ou à matéria.
- e) O estágio probatório para servidores públicos nomeados para cargos de provimento efetivo tem a duração de 36 meses, conforme estabelecido pela Constituição Federal.

4- Com base nas disposições legais e constitucionais sobre o estágio probatório e a estabilidade de servidores públicos, identifique a alternativa correta:

- a) O estágio probatório e o período para aquisição de estabilidade são idênticos, ambos sendo de 24 meses, conforme determinado pela Lei 8.112/90 e pela Emenda Constitucional nº 19/98.
- b) Servidores nomeados para cargo de provimento efetivo tornam-se estáveis após 24 meses de efetivo exercício, de acordo com a Lei 8.112/90, sem necessidade de qualquer avaliação subsequente.
- c) A estabilidade no serviço público é adquirida após dois anos de efetivo exercício, e o estágio probatório tem a mesma duração, não havendo distinção entre estes períodos.
- d) Embora o estágio probatório tenha duração de 24 meses conforme a Lei 8.112/90, a estabilidade é adquirida após três anos de efetivo exercício, segundo a Emenda Constitucional nº 19/98.
- e) A Emenda Constitucional nº 19/98 alterou a duração do estágio probatório para três anos, alinhando-o com o período necessário para a aquisição da estabilidade.

5- Com base nos dispositivos legais e jurisprudenciais sobre a remuneração dos servidores públicos, analise as afirmativas abaixo e escolha a opção correta:

- I. O vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, e nenhum servidor pode receber, a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo, mesmo que labore em jornada reduzida de trabalho.
- II. Servidores ocupantes de cargo efetivo investidos em função de direção, chefia ou assessoramento, ou em cargos de provimento em comissão, têm direito à retribuição específica pelo exercício dessas funções.
- III. Na cessão de servidores efetivos para órgãos ou entidades de Estados, Distrito Federal ou Municípios, o ônus da remuneração é do órgão ou entidade cessionária, exceto em casos específicos onde é mantido o ônus para o cedente.
- IV. O vencimento do cargo efetivo, acrescido de vantagens de caráter permanente, é irredutível, garantindo a segurança financeira do servidor público.
- V. O Poder Judiciário tem autoridade para aumentar vencimentos de servidores públicos com base no princípio da isonomia.

- a) Apenas as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.
- b) Todas as afirmativas estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.

6- Considerando os dispositivos constitucionais acerca da acumulação de cargos públicos e as especificidades relacionadas à função dos magistrados e à composição dos tribunais eleitorais, avalie as afirmativas a seguir e escolha a opção correta:

- I. A Constituição Federal proíbe a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, entre outras exceções, para o magistério, desde que haja compatibilidade de horários.
- II. Magistrados, incluindo juízes e ministros dos tribunais superiores, estão proibidos de exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função pública, exceto uma de magistério.
- III. A composição do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais inclui membros do Judiciário escolhidos por meio de eleição pelo voto secreto, indicando uma exceção permitida à regra geral de vedação à acumulação de cargos.

IV. A vedação à acumulação remunerada de cargos públicos não se aplica aos membros do Judiciário quando estes são eleitos para compor os tribunais eleitorais, desde que observada a compatibilidade de horários e as demais normas constitucionais.

- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- e) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

7- De acordo com a Lei nº 8.112/90, assinale a alternativa correta a respeito da prescrição da ação disciplinar:

- a) a ação disciplinar prescreverá em 180 dias, quanto à suspensão;
- b) a ação disciplinar não prescreverá;
- c) a ação disciplinar prescreverá em 05 anos, quanto à suspensão;
- d) a ação disciplinar prescreverá em 05 anos, quanto às infrações puníveis sem demissão;
- e) a ação disciplinar prescreverá em 05 anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

8- João, servidor público, foi notificado sobre a instauração de um processo administrativo disciplinar (PAD) em razão de acusações de irregularidades no exercício de suas funções. Durante o processo, observaram-se diversas questões procedimentais, incluindo a contagem de prazos para a prescrição da pretensão punitiva da administração e possíveis prejuízos à defesa devido ao tempo de tramitação do processo. Com base nas súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), analise as afirmativas a seguir e assinale a correta:

- a) Os prazos prescricionais para a punição de João no âmbito administrativo começam a correr a partir do momento em que o processo administrativo disciplinar é concluído.
- b) Uma vez instaurado o processo administrativo disciplinar, os prazos prescricionais são interrompidos e não voltam a fluir, garantindo que o processo possa ser concluído sem preocupações com a prescrição.
- c) O excesso de prazo na conclusão do processo administrativo disciplinar automaticamente causa a nulidade do processo, independentemente de haver prejuízo para a defesa do servidor.
- d) Os prazos prescricionais previstos no art. 142 da Lei n. 8.112/1990 iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato, interrompem-se com o primeiro ato de instauração válido – sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar – e voltam a fluir por inteiro, após decorridos 140 dias desde a interrupção.
- e) A prescrição no âmbito do processo administrativo disciplinar é regulada exclusivamente pela data dos fatos em questão, sem consideração pela data em que a autoridade toma conhecimento do fato ou por eventuais atos processuais.

9- Assinale a alternativa correta a respeito dos deveres do servidor:

- a) Tratar com urbanidade as pessoas;
- b) Atender sem presteza ao público em geral;
- c) Ser assíduo e impontual ao serviço;
- d) Manter conduta incompatível com a moralidade administrativa;
- e) N.D.A

10- Agentesildon, servidor da prefeitura de São Caetano do Sul -SP desde 2010 segue prestando concursos em vários municípios, ele foi aprovado em um cargo junto ao MP-SP em 2020, aguardando a posse em novo cargo ele pede exoneração em 08/2020, com publicação em 10/2020. Ele assumiu o novo cargo junto do MP-SP em 02/2021

Neste cenário,

- a) Devido ao quinquênio, Agentesildon possui estabilidade e pode retornar ao cargo de servidor da Prefeitura;
- b) Com a publicação da exoneração o cargo é considerado vacante apenas após assumir o cargo junto ao MP-SP;
- c) Ele não poderá assumir um novo cargo na administração pública, pois não cumpriu intervalo mínimo entre exoneração/nomeação;
- d) O cargo é considerado vacante, independentemente da vontade de Agentesildon;
- e) Não há respostas corretas

